

DINHEIRO TEM, DINHEIRO TEM, DINHEIRO TEM...!

Maio é mês de data-base. É hora de nos prepararmos para a campanha. Para isso, teste antes seus conhecimentos (verifique as respostas ao final do texto. Mas não vale colar...).

1) O comprometimento das três universidades com salário em 2008 foi

- a) o mais baixo desde que a dotação foi fixada em 9,57% do ICM
- b) 77,33%
- c) Todas as anteriores

2) No últimos três anos, o ICMS cresceu acima dos reajustes salariais

- a) 30,4%
- b) 18,2%
- c) 0%

3) A valores atuais, o poder aquisitivo do salário de um doutor em RDIDP em 1989 é

- a) R\$ 15.000,01
- b) R\$ 6.325,31
- c) R\$ 8.990,00

4) Hoje o salário de um doutor em RDIDP é de

- a) R\$ 15.000,01
- b) R\$ 6.325,31
- c) R\$ 8.990,00

Acertou? Errou? Não importa. Quer dizer: o que de fato interessa no momento é nos prepararmos para a campanha de data-base, refletindo sobre essas questões, discutindo nossa pauta e construindo nossa campanha. Vai dar trabalho? Claro! Mas vale a pena.

Para refletir

Nosso volume de trabalho aumenta dia a dia. Em compensação, nossos salários repousam em berço nada esplêndido. As universidades jamais gastaram tão pouco com salários desde que a dotação orçamentária foi fixada em 9,57% do ICMS.

Para discutir

É fundamental cobrar do Cruesp condições de trabalho e remuneração adequadas para docentes e funcionários das três universidades. Afinal, foi o nosso trabalho que levou a USP, em seus 75 anos, ao que ela é hoje.

Para construir

Dia 25 de março realizaremos nossa primeira assembléia de campanha salarial. Sem a sua presença, não poderemos construir uma pauta que represente as reivindicações da categoria. Sem a sua presença não poderemos construir a campanha necessária para reverter o atual quadro.

Respostas 1) c) 2) a) 3) c) 4) b

Ação do Gatilho: desrespeito da Reitoria precisa parar

Em 19/01/2009, a Adusp solicitou ao juiz a execução da sentença para os já listados como beneficiários na ação do gatilho. Além disso, pedimos a lista dos excluídos com os respectivos motivos.

Desde então, temos recebido inúmeras manifestações de docentes beneficiários que, indignados, perguntam quando vai sair o gatilho. A pergunta é ainda mais dramática por ser feita, não raras vezes, por docentes aposentados, e em idade avançada. A que ponto chegou a insensibilidade da Reitoria com todos esses colegas! Ao comemorar 75 anos de fundação, a USP vira as costas e desrespeita um grande número de docentes cuja contribuição, em muitos casos de toda uma vida profissional, foi fundamental para o prestígio e excelência alcançados hoje.

mero de docentes cuja contribuição, em muitos casos de toda uma vida profissional, foi fundamental para o prestígio e excelência alcançados hoje.

Durante as últimas semanas buscamos insistentemente contato com a Reitoria para continuar a discussão a respeito das exclusões e tratar da execução da sentença judicial para aqueles já considerados beneficiários. Todas as nossas iniciativas, ofício e telefonemas, foram, até agora, em vão. Pedimos aos colegas que nos auxiliem nessa tarefa, mandando mensagens e telefonando à Reitoria, exigindo o cumprimento da sentença.

Assembléia da Adusp
25/3, quarta-feira, no Anfiteatro da História
Pauta: Campanha salarial e carreira docente

Recursos para terceirização aumentam 45%

Houve sensível aumento de recursos para os contratos de prestação de serviços de limpeza e vigilância.

No exercício de 2008, o valor destinado para os contratos de limpeza foi de R\$ 24,18 milhões, o equivalente a 1,01% do Orçamento; os contratos de vigilância consumiram R\$ 30,08 milhões ou 1,26%. Para 2009, contudo, limpeza e vigilância representam, respectivamente, R\$ 35,63 milhões (1,27%) e R\$ 43,26 milhões (1,54%). Trata-se de um aumento de 47,34% e 43,83% dos recursos destinados a essas rubricas, em apenas um ano, indicando claramente a direção que a USP está percorrendo quanto à terceirização.

O *Informativo Adusp* procurou a Codage para esclarecimentos sobre o aumento de recursos e sobre os processos de fiscalização dos contratos, tendo em vista que a terceirização de serviços tem representado um grave problema trabalhista. “Esses dados justificam-se pela substituição de contratos antigos”, respondeu a Codage, acrescentando que o aumento de recursos também reflete a inclusão e a ampliação de algumas áreas, bem como a implantação de vigilância eletrônica e a adequação do contrato de limpeza hospitalar.

Em 2003, a USP criou um banco de dados que conta com informações sobre a situação funcional dos trabalhadores terceirizados. Pedimos acesso a essas informações, mas a Codage não as repassou à reportagem. Também não informou o número de contratos firmados e o número de funcionários contratados atualmente.

Em vez disso, a carta da Codage alega que a universidade contrata a prestação de serviço de limpeza por metro quadrado de área limpa e a

prestação de serviço de vigilância por posto/dia e que, por isso, o número de funcionários sofre variação em função das atividades exercidas.

Salário: nem o mínimo

A fiscalização dos contratos, afirma a Codage, compete a servidores da USP designados em cláusula do contrato, e cuja atribuição é acompanhar e fiscalizar, em cada uma das unidades, sua execução. Os contratos também prevêem a existência de um encarregado da empresa para representá-la nas unidades. Segundo a coordenadoria, a faixa salarial destes funcionários é a estabelecida na convenção coletiva de trabalho das respectivas categorias.

A convenção do Sindicato dos Trabalhadores de Empresas de Prestação de Serviços de Asseio e Conservação e Limpeza Urbana de SP (Siemaco) estipula que o piso salarial, para a função de auxiliar de serviços gerais (e correlatas) é de R\$ 437,72 em 2008/2009 – menos do que o salário mínimo paulista, que está em R\$ 450,00. Já o Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica, Serviços de Escolta e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (Sesvesp) indica que para um vigilante em jornada de doze horas, sem gratificação de função, o salário é de R\$ 836,62.

Aníbal Cavalli e Claudionor Brandão, diretores do Sintusp, avaliam que esses fatos ferem o princípio da isonomia salarial, que determina que a trabalho igual corresponde salário igual. Brandão explica que um auxiliar de serviços gerais contratado como celetista pela USP recebe R\$ 1.067,00, salário superior ao dobro do que ganha um terceirizado, cujo piso, segundo ele, é de R\$ 415,00.

Um dos principais problemas identificados pelos dire-

tores de Sintusp é a dificuldade de conscientização desses trabalhadores não apenas quanto aos seus direitos, mas também quanto às condições de trabalho às quais estão sujeitos. Muitas vezes, quando um funcionário terceirizado começa a se conscientizar de seus direitos trabalhistas, ou mesmo reclama de alguma situação, “os encarregados das empresas arrumam meios de puni-lo”.

Um dos principais tipos de punição, segundo Cavalli, é a transferência para outros locais, de difícil acesso para o trabalhador. Ele lembra o caso de dois funcionários da limpeza da Faculdade de Direito, transferidos daquela unidade porque se envolveram em mobilização para recebimento do vale-transporte: “Um foi para a Pompéia e outro para o Butantã. A política é jamais mandar o cara embora; é fazer a pessoa se demitir. A pressão é tão grande que a pessoa sai mesmo”.

Fachada

Soma-se a esse problema a existência de sindicatos de fachada, os quais, ao invés de representar os trabalhadores, defendem os donos das empreiteiras de mão-de-obra. Em 2005, recorda o diretor do Sintusp, funcionários terceirizados da empresa

União que se manifestavam diante da Reitoria foram agredidos por representantes do próprio Siemaco.

Por decisão congressual do Sintusp, ele assume a representação de todo e qualquer trabalhador da Universidade, “tenha ou não vínculo direto com a USP”. Porém, uma sentença da Justiça do Trabalho proíbe o Sintusp de atuar em favor dos terceirizados. Valendo-se do princípio da unicidade sindical, o Siemaco moveu uma ação contra o Sintusp: “Por qualquer ação que envolva o Sintusp em causa dos terceirizados, temos que pagar uma multa de 5 mil reais”, relata Cavalli.

A última ação do Sintusp contra a terceirização foi no processo de rescisão do contrato da USP com a empresa Dima, em 2006. Nesse caso, além de desrespeitar direitos dos trabalhadores, a empresa mantinha uma sede fantasma: “Até a universidade descobriu que o endereço era falso”, diz Cavalli.

Para Cavalli, é preciso que esses trabalhadores sintam-se como funcionários da universidade e que os concursados, bem como o restante da comunidade, também os tratem como tal. Terceirizados “são trabalhadores como nós”, observa o diretor do Sintusp. “Parece contraditório,

mas na verdade não é. Enquanto não podemos inviabilizar o processo [de terceirização], precisamos garantir o emprego para essas pessoas. Apesar de defendermos que todo funcionário seja contratado por concurso público, defendemos que os que já estão na universidade sejam incorporados sem concurso”.

Uma comissão da Codage responde pelas licitações centralizadas para a contratação desses serviços. Composta por servidores de unidades diversas, a comissão foi procurada para falar sobre os problemas com a fiscalização de irregularidades, mas não respondeu ao Informativo Adusp.

Perversidade

A terceirização é um processo perverso, em que ocorre uma suposta economia de recursos, em detrimento tanto da qualidade do serviço quanto dos direitos dos trabalhadores. “Se a terceirização implica economia de recursos — o que não está provado — obtida às custas dos mais mal remunerados, o que se está fazendo é obrigar esses trabalhadores a subsidiarem a universidade pública”, declara o professor Otaviano Helene, presidente da Adusp.

EDUCAÇÃO na ordem do dia!



Quer receber diariamente um resumo do que foi publicado nos principais jornais e revistas?

O clipping eletrônico da Adusp compila e entrega todo dia no e-mail de cada assinante um sumário das principais notícias sobre educação, C&T e outros temas de interesse.

Não fique por fora, é simples: cadastre-se em www.adusp.org.br/noticias/clipping/ e comece a receber já!



A quem interessa a mudança na carreira docente?

Certamente não à maioria dos docentes da USP. O Co, reunido no Ipen em 4/3/09, decidiu por 76 votos a favor, 14 contra, 4 abstenções, 1 voto branco e 1 nulo, modificar o Estatuto da USP, introduzindo novos níveis para doutores e associados. Por 76 votos; justo, justo. Com 75 votos não haveria mudança de Estatuto.

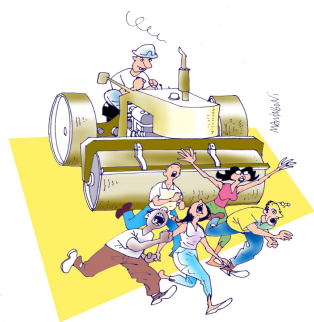
Para aqueles que pensam que “já era”, não custa lembrar um episódio recente: o governo Serra também achou que tinha imposto sua vontade com os decretos que agrediam a autonomia das universidades estaduais. Teve que voltar atrás.

Como está, a carreira da USP é simples, baseada em títulos obtidos por defesa pública perante bancas. Não raro, fazem parte dessas bancas especialistas de fora da USP e mesmo do Brasil. Com essa estrutura, a USP desenvolveu-se academicamente, sendo uma das mais importantes universidades da América Latina.

Qual a justificativa acadêmica para a mudança feita pelo Co? Qual o seu impacto na vida cotidiana dos docentes? A oligarquia autoritária que controla o Co, os gestores dessa “capitania hereditária” chamada USP, não estão preocupados com essas questões. Há poucas semanas, a Reitora foi indagada sobre a repercussão da possível transformação nos direitos de aposentadoria dos docentes. Declarou ter a impressão de que seria nenhuma, mas só a sua assessoria jurídica poderia dizer ao certo. Como é possível a Reitora não saber o que pode acontecer com os direitos dos docentes da USP, momentos antes de uma tal transformação?

É bom lembrar: a assessoria jurídica da Reitoria garantiu, durante anos, que contratos precários eram legais; no início de 2007, a própria Rei-

toria garantia também que os decretos do governo Serra não ameaçavam a autonomia universitária. Em debate realizado pela Adusp com o presidente da comissão de reforma do Estatuto, o único “argumento acadêmico” discernível a favor da reforma foi a “isonomia com os funcionários ou seja, a criação de níveis horizontais”. Será que planejam introduzir mais dezenas de níveis horizontais para atingir a plena isonomia?



Sem respostas...

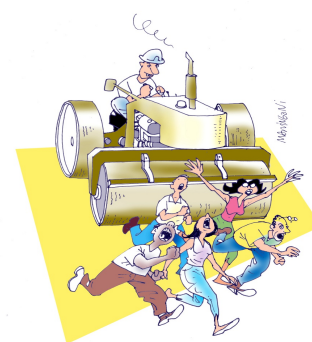
Quais os critérios para galgar os níveis horizontais? Quem fará o julgamento? Será que voltaremos aos tempos da CERT que mudava, arbitrariamente, regimes de trabalho? Qual o interstício entre níveis? Como ficam os docentes que irão aposentar-se após essa mudança, sem ter permanecido na nova função durante cinco anos? Aliás, as mudanças de nível

correspondem a salário ou gratificação? Alguém sabe a resposta a essas perguntas? Aliás, as respostas a essas e outras perguntas não deveriam preceder a votação? Será que opiniões não poderiam mudar, dependendo das respostas a essas questões, mesmo entre os que inicialmente poderiam achar a medida razoável?

A experiência mostra não ser de bom alvitre confiar na “sabedoria” da cúpula dirigente da USP. E que comissões indicadas pelo Co, mesmo quando incluem colegas com tradição progressista, não dão soluções remotamente satisfatórias a problemas dessa monta.

O poder autocrático, portanto ilegítimo, viola contratos sociais de longa duração, mudando regras no meio de jogo, desrespeitando vidas de dedicação à instituição. Os membros mais lúcidos de uma casta dirigente com essas características sabem muito bem o risco que correm, e costumam adotar certos cuidados. Por exemplo: em 1989, quando foi criada a função de professor associado, os então livre-docentes tornaram-se professores associados e seus salários foram igualados aos dos então professores adjuntos. No momento atual, nem

isso, muito embora alardeie-se que há dinheiro para que todos os doutores e associados passem ao nível horizontal mais alto. Claro que há dinheiro: o do reajuste salarial que deveríamos ter tido em 2008. Esse “mudancismo” autoritário terá consequências desastrosas, e a bem curto prazo. Destruir é sempre bem mais fácil do que construir. E por apertados 76 votos.



Mais controle?

Sentindo-se absolutamente segura, o que é um erro estratégico, a cúpula dirigente da USP não está preocupada com as condições de vida e trabalho dos docentes, mas cuida sim de aprofundar a atmosfera de ameaça e controle, potencializando a implantação de uma nefasta política de gratificações. Desse ponto de vista, uma coisa “boa” da mudança é que os professores doutores e associ-

ados ficaram “mais longe” da livre-docência e do cargo de professor titular. Afinal, pode-se argumentar que se alguém não é Doutor II, não deve se candidatar a Associado; e se não é Associado III, não deve se candidatar a Titular. A abertura para diretorias e chefias de Departamento não é avanço significativo e pode muito bem tornar-se letra morta.

A Reitoria e a maioria do Co estão a tal ponto ausentes do cotidiano dos docentes da USP, já sobrecarregados com papelada de toda sorte para desenvolver ensino, pesquisa e extensão, que imaginam que estejamos ansiosos para preencher mais papelada em troca de uma eventual progressão horizontal, de mérito acadêmico duvidoso, sem que tivessem explícitas regras oriundas de um debate público e aprofundado.

Paçar o gatilho, reajustar os salários ou democratizar o exercício do poder na USP, nem pensar. Empenham-se em mudanças estatutárias, sem discussão conceitual e de projeto estratégico, feitas de forma isolada e pontual, afastadas dos interesses maiores do desenvolvimento acadêmico da USP. E aprovadas por apertados 76 votos.

Não ao Imposto Sindical compulsório

Defendemos, junto com o Andes, nosso sindicato nacional, que nenhum trabalhador deve ser forçado a contribuir para um sindicato, nem se filiar a ele. Filiação e contribuição devem ser voluntárias.

A contribuição sindical obrigatória é um verdadeiro incentivo ao peleguismo, que tenta agora atin-

gir os servidores públicos que, infelizmente, tem o apoio daqueles candidatos ao financiamento fácil, sem necessidade de programas de luta em defesa das condições de vida e trabalho dos representados.

A recente Instrução Normativa nº 01, do Ministério do Trabalho e Emprego, publicada em 3/10/08, esten-

de o imposto sindical compulsório ao setor público.

Esse imposto seria correspondente a um dia de trabalho por ano, ou seja, 1/30 do salário mensal, descontado uma única vez. O montante assim arrecadado seria repartido da seguinte forma: Confederação – 5% ; Centrais sindicais – 10%; Federação – 15%; Sindicato –

60%; e Conta Especial Emprego e Salário – 10%. Existem, ainda, regras para a divisão do dinheiro em caso de inexistência de algum ou vários dos organismos sindicais apontados.

Estaremos atentos para a tentativa de extensão dessa violência, vigente para os trabalhadores do setor privado, aos docentes da USP.

Diretores de unidade recusam-se a abrir voto no Co

Representantes discentes pediram recontagem dos votos

Os diretores de unidade da USP, em sua quase totalidade, recusaram-se a revelar ao Informativo Adusp como votaram na reunião de 4/3 do Co. Todos foram procurados nos dias 12 e 13/3, por telefone e e-mail.

Os únicos que concordaram em abrir o voto foram os professores João Grandino Rodas, diretor da Faculdade de Direito e membro da Comissão Especial de Reforma; Edson Ticianelli, diretor do Instituto de Química; Ivan Faleiros, diretor da Escola Politécnica; Alejandro Szanto de Toledo, diretor do Instituto de Física; Sônia Penin, diretora da Faculdade de Educação — todos eles a favor da proposta.

O diretor do IQ explicou que é membro da Comissão de Legislação e Recursos e “portanto já havia discutido o assunto anteriormente”, e que a CLR aprovou a proposta por unanimidade. “Em relação ao Co, votei a favor da proposta por entender que a revisão estatutária ali contida representa um enorme avanço à carreira docente da USP”.

Congregações

Representantes de congregações que foram localizados e concordaram em falar ao Informativo Adusp votaram favoravelmente à proposta no Co, acompanhando a posição dos respectivos colegiados. Em quase todos os casos, as congregações questionaram não só a avaliação centralizada, mas também outros aspectos da proposta. No entanto, essas objeções não foram vistas como problema de “mérito” da reforma, mas como uma questão de critérios.

O professor Paulo Masiero, representante da EACH, declarou ao Informativo Adusp que votou favoravel-

mente à proposta. Na última reunião da Congregação que discutiu o assunto houve, segundo ele, “um certo consenso com relação à proposta de reforma”. Outra que votou a favor foi a professora Maria Helena Ciampone, da Escola de Enfermagem. Sua posição expressou o entendimento da Congregação: “De modo geral não houve nenhum questionamento sobre a validade de se implantar” ou sobre o mérito, limitando-se os questionamentos aos critérios da avaliação.

O professor Carlos Alberto Martins, da Escola de Engenharia de São Carlos, votou a favor, por enxergar “a forte dimensão profissionalizante” da reforma, graças à possibilidade da contratação temporária de MS1 e MS2, e entender que houve “pontos fundamentais de avanço”, incorporados no decorrer da sessão do Co.

A professora Maria Angela Faggin Leite explica que votou a favor, conforme o entendimento da Congregação da FAU, da qual é representante. Pede destaque para a questão da progressão horizontal, que foi rejeitado. A representante da Faculdade de Farmácia, professora Maria Inês Santoro, afirma que houve consenso na unidade contra a avaliação central, bem como contra a criação de três níveis para professor associado. Mas votou favoravelmente à proposta da Comissão Especial.

“Votei a favor da maioria das propostas, inclusive a principal, a criação das diferentes categorias de professor doutor e associado”, diz o representante da Congregação do Instituto de Astronomia e Geofísica, o professor Fábio Gonçalves. “Estas propostas foram discutidas, ain-

da que pouco segundo muitos de meus colegas, dentro do IAG. A maioria se manifestou favoravelmente, ainda que com ressalvas a respeito de como estes processos serão conduzidos”.

O professor Antonio Curveiro, representante do Instituto de Química de São Carlos, declarou ao Informativo Adusp ter votado na proposta da Reitoria, em razão de terem sido aceitas duas sugestões da Congregação. “A primeira solicitava maior detalhamento da avaliação; a segunda propunha que o prazo mínimo para a solicitação da avaliação fosse reduzido de cinco para três anos. Os dois pontos levantados no IQSC foram contemplados na proposta apresentada ao plenário do Co”.

“Minha posição foi favorável ao estabelecimento da progressão horizontal, mas permitindo que o prazo de cinco anos não seja uma barreira mínima, tal como foi decidido na Congregação por unanimidade”, resumiu o professor Caetano Traina Júnior, representante do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação de São Carlos.

O professor Luis Nunes de Oliveira, representante do Instituto de Física de São Carlos, expõe assim sua posição: “Isso foi discutido há algum tempo, porque o nosso diretor, professor Glaucius [Oliveira], que faz parte da Comissão, trouxe inclusive antes de ir para o Co pela primeira vez. Basicamente todo mundo concordou com a proposta que ele estava trazendo. Não me lembro de nenhum destaque substancial”. Após revelar a posição da Congregação, contudo, negou-se a dizer como votou: “Estou impedido de revelar o voto legalmente. O voto é secreto”.

O representante da Congregação da EEEF, professor Carlos Negrão, foi outro que se recusou a abrir o voto.

Categorias

O professor Sílvio Melhado, representante dos associados, votou favoravelmente à proposta, mas a considera “muito aquém da reforma esperada”, porque “a nova carreira docente mantém o concurso para o cargo de Titular nos mesmos moldes anteriores”, o que contraria “as expectativas de grande parte dos docentes, que pretendiam desvincular o acesso à categoria de Titular da disponibilidade e da distribuição de cargos para tal, introduzindo um sistema de real progressão por méritos”.

Os professores Joaquim Engler, representante dos titulares, Ricardo Lima, representante dos assistentes, e Antonio Menezes, dos auxiliares de ensino, não responderam à consulta.

Também votaram contra a reforma todos os representantes discentes da graduação e da pós-graduação (quase todos compareceram à sessão). “Foi muito ruim o modo como foi conduzida a votação”, afirma a estudante Roberta Costa, da FFLCH. “O sistema de votação sem fio do Ipen não funcionou, e foram improvisadas cédulas de votação com folhas de papel sulfite cortadas ao meio. Foi uma confusão generalizada”, explica. “Temos suspeita de fraude. Pedimos recontagem de voto, que foi ignorada”.

“Não temos nenhuma garantia de lisura do processo de votação, pois a votação em papel foi atrapalhada e vários funcionários distribuíam ao mesmo tempo as cédulas (folhas sulfite sem nenhuma identificação da

Reitoria) para os presentes. Qualquer pessoa muito facilmente poderia, se aproveitando da desorganização, pegar mais de uma cédula e votar mais de uma vez, visto que não houve em nenhuma das votações a contagem de pessoas e contagem de votos, para conferir a existência ou inexistência de irregularidades”, disse outra representante discente, Aline Tavela, da ECA.

“Por princípio, em matérias referentes a outras categorias, voto de acordo com o posição da instituição que as representa”, explica José Roberto Brejão, representante dos funcionários técnicos-administrativos. “Neste caso, carreira docente, especificamente reforma do Estatuto da USP, a posição de todas as categorias é pela realização de uma Assembléia Estatuinte, paritária e democrática. Como o Co não apresenta estas características, votamos contra qualquer reforma do estatuto ali proposta, exceto em casos burocráticos como adequação a outras legislações, por exemplo”.

O professor José Aquiles, diretor do Instituto de Energia Elétrica e representante dos sete institutos especializados, preferiu abster-se na votação, por considerar que faltou discussão. “A Comissão não socializou as respostas recebidas das unidades e empurrou com a barriga a discussão principal, que é quem vai avaliar e quais os critérios. A postura da Reitoria é de rolo compressor”, disse ao Informativo Adusp. “O Co é composto por maioria de titulares. Mas a carreira vai afetar associados e doutores, que têm só um representante no Co. Os titulares decidem por eles”, criticou.